



Unidade Curricular: **9242224 – Direito da Insolvência**

Ano 3

Semestre 1

Área CNAEF: 380

ECTS: 6,0

Tipo de Unidade Curricular: Obrigatória

Modo de Ensino: Presencial

Língua de Trabalho: Português

DOCENTE RESPONSÁVEL: Hugo Cunha Lança

TEMPO DE TRABALHO DO ESTUDANTE EM HORAS

HORAS TOTAIS	Horas de Contacto								Horas de Trabalho Autónomo
	Ensino teórico (T)	Ensino teórico- prático (TP)	Ensino prático e laboratorial (PL)	Trabalho de campo (TC)	Seminário (S)	Estágio (E)	Orientação tutorial (OT)	Outra (O)	
150		45	30						75

Pré-requisitos (se aplicável): <<Máximo 500 caracteres>>

OBJETIVOS EDUCACIONAIS / RESULTADOS DE APRENDIZAGEM

Pretende-se que o discente, no final da u.c.:

1. Domine a tramitação do Processo de Insolvência;
2. Distinga entre Plano de Insolvência e Plano de Pagamentos;
3. Conhecer as especificidades do Processo de Insolvência das Pessoas Singulares;
4. Identificar os heterogéneos processos de recuperação de empresas;
5. Analisar do ponto de vista da viabilidade económica os diversos programas de recuperação de empresas

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

1. As noções Introdutórias sobre o processo de insolvência.
2. A situação de insolvência e respetivos sujeitos.
3. Os órgãos da Insolvência.
4. As dívidas da massa insolvente e da insolvência.
5. A tramitação do processo de insolvência.
6. Os apensos da insolvência.
7. A fase da liquidação e respetivos pagamentos a credores.
8. O plano da insolvência.
9. O regime das pessoas singulares.
10. O plano de pagamentos.
11. Os processos de recuperação para empresas e singulares.
12. Os planos de reestruturação das empresas.

DEMONSTRAÇÃO DA COERÊNCIA DOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS COM OS OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

1. As noções Introdutórias sobre o processo de insolvência - objetivo 1
2. A situação de insolvência e respetivos sujeitos - objetivo 1
3. Os órgãos da Insolvência - objetivo 1

4. As dívidas da massa insolvente e da insolvência - objetivo 1.
5. A tramitação do processo de insolvência - objetivo 1.
6. Os apensos da insolvência - objetivo 1.
7. A fase da liquidação e respetivos pagamentos a credores - objetivo 1.
8. O plano da insolvência - objetivo 2.
9. O regime das pessoas singulares - objetivo 3.
10. O plano de pagamentos - objetivo 2.
11. Os processos de recuperação para empresas e singulares - objetivo 4.
12. Os planos de reestruturação das empresas - objetivo 5.

MÉTODOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

- Exposição (com recurso aos mais diversificados meios: oral, escrito e com projecção multimédia).
- Apresentação e Discussão de casos de estudo em sala de aula com a participação dos alunos
- Análise de decisões judiciais, através de um debate orientado com os alunos.
- Simulação de actividades

DEMONSTRAÇÃO DA COERÊNCIA DAS METODOLOGIAS DE ENSINO COM OS OBJETIVOS DAS APRENDIZAGENS*

- Exposição (com recurso aos mais diversificados meios: oral, escrito e com projecção multimédia) - objetivo 1 a 4:.
- Apresentação e Discussão de casos de estudo em sala de aula com a participação dos alunos - objetivo 2 a 4;
- Análise de decisões judiciais, através de um debate orientado com os alunos - objetivo 2 a 4;
- Simulação de actividades - objetivo 2 e 4.

MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

Existem três épocas de avaliação distintas: (i) Avaliação Contínua; (ii) Avaliação por Exame Final; e (iii) Época de Recurso.

1) Avaliação contínua: através da realização de dois testes e de uma prova oral, com os requisitos e ponderações enunciadas no Guia de Funcionamento. Da soma destes elementos de avaliação resultará uma nota que é suscetível de recurso ou de melhoria em época de recurso. A nota da prova oral é eliminatória.

2) Avaliação final: através da realização de uma prova escrita e de uma prova oral. A realização desta prova escrita e prova oral não depende da prévia realização de qualquer um dos elementos de avaliação contínua. A nota obtida nesta fase é suscetível de recurso ou de melhoria em Época de Recurso. A nota da prova oral é eliminatória.

3) Época de Recurso: através da realização de um exame oral que conta 100% da nota. A realização deste exame não depende da prévia realização de qualquer um dos elementos de avaliação contínua.

BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL

- LEITÃO, Luís Menezes, Direito da Insolvência, 8ª edição, Coimbra, Almedina, 2018.
- EPIFÂNIO, Maria do Rosário, Manual de Direito da Insolvência, 6ª edição, Coimbra, Almedina, 2016.
- LEITÃO, Luís Menezes, Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado, 10ª Edição, Coimbra, Almedina, 2018.
- MARTINS, Alexandre de Soveral, Um Curso de Direito da Insolvência, Coimbra, Almedina, 2017.